



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4164/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Canitar
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR
Período 12/2016
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA
Responsável ANIBAL FELICIANO
Cargo PREFEITO
CPF 601.732.978-20
Período de Gestão 01/01/2016 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada até o Bimestre	R\$ 16.970.488,00	
Realização acumulada até o Bimestre	R\$ 17.338.932,78	
Variação	R\$ 368.444,78	2,1711%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas até o Bimestres:	R\$ 17.338.932,78	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 17.320.441,67	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 18.491,11	0,1066%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -1.350.006,56	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 42.400,00	
Diferença	R\$ -1.392.406,56	103,1407%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ 0,00	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ 0,00	
Diferença	R\$ 0,00	0,0000%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado Nominal apurado no exercício corresponde ao resultado consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, compatibilidade com a meta estabelecida.

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR	R\$ 1.202.641,65	R\$ 322.379,77

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR	R\$ 1.229.828,10	R\$ 850.239,99	R\$ 128.815,01

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANITAR	R\$ 1.193.970,32	R\$ 581.824,20	R\$ 1.524.411,41

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2015	R\$ 8.378.559,67	R\$ 15.526.877,64	53,9617%	54,0000%
4/2016	R\$ 8.612.955,42	R\$ 15.452.261,26	55,7391%	54,0000%
8/2016	R\$ 8.617.730,74	R\$ 15.826.480,38	54,4513%	55,1595%
12/2016	R\$ 8.797.012,66	R\$ 16.783.864,39	52,4135%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista

que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2016	R\$ 16.783.864,39	R\$ 1.561.643,65	9,3044%
8/2016	R\$ 15.826.480,38	R\$ 714.724,16	4,5160%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 16.783.864,39	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 2.685.418,30	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 16.783.864,39	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 3.692.450,16	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

De acordo com o Demonstrativo de Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, não ocorreram quaisquer receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público, ficando prejudicada a análise quanto à vedação de sua aplicação em despesas correntes, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00, cabendo à auditoria, no entanto, sua confirmação in loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.14 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 8.676.669,89	R\$ 15.571.132,89	55,7228%	55,7228%
7/2016	R\$ 8.724.751,40	R\$ 15.804.966,80	55,2026%	55,7228%
8/2016	R\$ 8.617.730,74	R\$ 15.826.480,38	54,4513%	55,7228%
9/2016	R\$ 8.683.503,17	R\$ 15.702.778,50	55,2992%	55,7228%
10/2016	R\$ 8.781.370,29	R\$ 15.720.055,62	55,8609%	55,7228%
11/2016	R\$ 8.810.123,43	R\$ 16.212.660,14	54,3410%	55,7228%
12/2016	R\$ 8.797.012,66	R\$ 16.783.864,39	52,4135%	55,7228%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 52,4135%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016. Todavia, o Poder em questão deve ser alertado, haja vista o limite prudencial ter sido ultrapassado, estando sujeito às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2016, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.15 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 587.006,54
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 544.823,07
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 1.056.206,91

(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ -1.014.023,44
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 931.903,67
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 1.193.970,32
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ -262.066,65
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-74,1558%

A situação financeira do órgão melhorou entre o período de início e término dos 8 meses finais de mandato do Chefe de Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do disposto no art.42 da LRF.

2.16 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.17 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 1.202.641,65	R\$ 884.167,06	R\$ 892.838,39	R\$ 1.193.970,32
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 322.379,77	R\$ 345.661,04	R\$ 86.216,61	R\$ 581.824,20
Consignações	R\$ 212.435,63	R\$ 1.537.398,77	R\$ 1.569.430,53	R\$ 180.403,87
Depósitos	R\$ 2.579,25	R\$ 29.892,14	R\$ 30.543,34	R\$ 1.928,05
Outros	R\$ 0,00	R\$ 16.858.785,63	R\$ 16.772.569,02	R\$ 86.216,61
Total	R\$ 1.740.036,30	R\$ 19.655.904,64	R\$ 19.351.597,89	R\$ 2.044.343,05

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 12.611.008,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 3.488.430,50
Índice Apurado	27,6618%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 12.481.852,78	
Despesa Empenhada	R\$ 3.352.883,13	26,8621%
Despesa Liquidada	R\$ 3.352.883,13	26,8621%
Despesa Paga	R\$ 3.294.702,41	26,3959%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 41.430,07	R\$ 4.119.122,43	R\$ 4.119.122,43	100,0000%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao caput do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 41.430,07	R\$ 4.119.122,43	R\$ 2.943.593,81	71,4617%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 12.611.008,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 2.190.070,79
Índice Apurado	17,3663%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 12.481.852,78	
Despesa Empenhada	R\$ 2.045.495,03	16,3878%
Despesa Liquidada	R\$ 2.037.069,13	16,3202%
Despesa Paga	R\$ 1.901.470,71	15,2339%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 19.291.488,00	R\$ 19.079.603,47	-1,10%	110,04%
Receitas de Capital	R\$ 4.000,00	R\$ 555.068,39	13.776,71%	3,20%
Deduções da Receita	R\$ -2.325.000,00	R\$ -2.295.739,08	-1,26%	-13,24%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 16.970.488,00	R\$ 17.338.932,78	2,17%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%

Total das Receitas Orçam.	R\$ 16.970.488,00	R\$ 17.338.932,78		100,00%
		R\$ 368.444,78		2,17%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 16.487.656,78	R\$ 15.540.016,25	5,75%	87,90%
Despesas de Capital	R\$ 1.509.117,78	R\$ 1.362.870,01	9,69%	7,71%
Reserva de Contingência	R\$ 0,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos	R\$ 777.120,00	R\$ 777.120,00	0,00%	4,40%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 0,00		0,00%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 18.773.894,56	R\$ 17.680.006,26	5,83%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 18.773.894,56	R\$ 17.680.006,26		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 1.093.888,30	6,19%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ -341.073,48	-1,97%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -1,97% da receita realizada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 26/05/2017

Hora da Geração: 08:58:24